

## Globalização e Conhecimento

Marcos Del Roio

**Como citar:** ROIO, Marcos Del. Globalização e Conhecimento. //: LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 11-16. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p11-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# GLOBALIZAÇÃO E CONHECIMENTO

Marcos Del ROIO<sup>1</sup>

O globalismo neoliberal é uma política e uma ideologia que tem em vista a mundialização do capital. Essa foi a resposta encontrada pelo capital para fazer frente à sua crise de valorização. Como se sabe, o capital é expressão de uma relação social intrinsecamente contraditória que se reproduz apenas de uma maneira ampliada e em decorrência da exploração social do trabalho produtivo. O capital encontra-se em crise de valorização desde meados dos anos 70, basicamente em função da pressão exercida pelo movimento operário e pela crise fiscal do Estado, que perdeu sua capacidade distributiva e de investimento produtivo e social.

A tentativa de resgate da capacidade de valorização do capital ficou conhecida como *globalização*. Trata-se, na verdade, de uma complexa operação cujas características fundamentais podem apenas ser indicadas, sendo a mais importante a financeirização do capital. Significa que há um processo de descolamento do capital do processo produtivo da riqueza social, reforçando uma tendência na qual apenas o dinheiro produz mais dinheiro, mas não produz bens apropriáveis pelo conjunto da vida social.

O resultado é o poder crescente dos bancos e das instituições financeiras. Para que o capital tenha seu movimento livre dos limites impostos pelo mundo do trabalho e pelo Estado, aparece, e tem a maior importância, a chamada *liberalização* dos mercados, com a abolição de taxas alfandegárias e de direitos sociais dos trabalhadores, também conhecida como *flexibilização*. A privatização do patrimônio público (recursos naturais, infra-estrutura e serviços públicos), principalmente dos Estados subalternos, implica uma passagem do controle indireto do capital, com intermediação do

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília.

Estado, para o controle direto do capital mundializado. Nos fatos, a *globalização* surge como uma forma qualitativamente nova que aprofunda a dominação imperialista, propondo novas variantes de colonialismo, e que debilita a soberania dos Estados nacionais.

O poder econômico-político transfere-se para instituições supranacionais que garantem o predomínio do grande capital financeiro mundializado, tais como o G-7, o FMI, a OMC e o Banco Mundial, esvaziando-se outras como a ONU, dotadas de algum potencial democrático. Mas como o capital não pode prescindir do Estado como operador da política econômica, da coerção social e mesmo do consenso, além da força armada capaz de preservar a ordem imperial, a tendência é a concentração de poder em apenas um desses Estados, os EUA, e seus satélites articulados na OTAN.

Para o globalismo neoliberal tudo – coisas, corpos e mentes – deve se submeter à lógica do capital e ao poder da oligarquia financeira mundializada. Esse projeto baseia-se numa transformação profunda no seio do processo de acumulação do capital promovida pela chamada revolução técnico-científica em andamento, que amplia sobremaneira a produtividade do trabalho empregado na produção, gerando um setor de trabalhadores dotados de conhecimento científico. Na verdade, a própria produção do conhecimento científico e tecnológico torna-se capaz de gerar essa riqueza chamada conhecimento e de acumular capital – um desdobramento que poderia ser chamado de capital cognitivo.

Na época de Marx, o conhecimento encontrava-se embutido nas próprias máquinas e no produto final, enquanto que na fase fordista-imperialista o conhecimento concentrou-se na organização da produção, promovendo a notória expansão do setor de serviços. A posse das máquinas e o controle da organização implicavam o conhecimento contido no processo produtivo. Na fase pós-fordista que ora adentramos, graças às novas tecnologias e aos meios de comunicação, o conhecimento se autonomiza e é capaz de circular como mercadoria e como força produtiva do capital, ou, dito de outra maneira, o capital cognitivo é aquele gerado pelo conhecimento enquanto força produtiva.

O conhecimento autonomizado em relação às máquinas, o produto final e a organização, se sobrepõe como um intermediário entre o trabalho e o resultado final, de modo que o trabalho passa a produzir o conhecimento que ativa o processo produtivo. Assim, o conhecimento é capital, mas também é uma propriedade da força de trabalho que não pode ser expropriada pelo capital, mas pode ser difundida de forma a provocar a diminuição do valor inicial, contando ademais com poucos custos de reprodução. Daí o interesse do capital em difundir um certo conhecimento, aquele que subtrai valor de contratação à força de trabalho intelectual, retendo, porém, o conhecimento que implica o controle do ciclo do capital e do poder político-militar.

O conhecimento posto no mercado tende também a alterar a substância do que é contratado. O trabalhador não vende ao capital tão-somente sua força de trabalho contida na habilidade de suas mãos, mantendo uma relação de estranhamento com o produto final, pois quando oferece ao capital o seu conhecimento, é sua identidade, seus desejos e ideais que são postos sob controle do capital, que tende assim a colonizar as mentes e a abstrair o trabalho concreto.

Essa é, no entanto, apenas a utopia do capital, uma vez que o trabalho cognitivo não pode estar despido de determinações concretas, nem deixar de ser produzido pelos homens. As novas tecnologias informáticas e os novos meios de comunicação, assim como a produção *flexível*, criam novas condições para abstração do trabalho, mas, ao mesmo tempo, ampliam a complexidade sócio-produtiva, redefinindo o território, o perfil da força de trabalho e da própria forma da acumulação do capital. A implicação desse processo é a desestruturação das instituições sociais do mundo do trabalho forjadas na era fordista-imperialista, sua desqualificação profissional e cognitiva, a desocupação em massa e o enfraquecimento político e cultural, com a perda crescente de posições diante da ofensiva do capital.

De certa forma, portanto, o conhecimento aparece como a última fronteira do capital em crise, no seu esforço de resgatar sua

capacidade de valorização, envolvendo dois aspectos complementares. Por um lado, a produção de ciência e tecnologia torna-se crucial para a acumulação e para a soberania estatal; por outro, o ensino (a difusão do conhecimento) deve ser mantido sob controle e reduzido a mercadoria de baixo custo. Assim, o conhecimento segue as regras da acumulação do capital e do mercado, com a tendência à centralização e à concentração da riqueza e do poder do lado de poucos, enquanto a maioria da humanidade encontra-se condenada a ver-se despojada dos produtos da ciência e da técnica.

Na época da globalização, amplia-se a complexidade do processo de acumulação do capital, que se expande por todo o território do planeta e também pelo mundo virtual, incorporando o conhecimento no circuito do capital de modo a sobrepor processo produtivo e fluxo de informação, alterando a relação entre conhecimento e máquina e também entre processo produtivo e esfera gerencial. A função social e a institucionalidade da produção da cultura, da ciência e da tecnologia passa, então, por mudanças de monta, atingindo inclusive a Universidade como específica instituição destinada à produção e difusão do saber e espaço de disputa pela hegemonia civil e cultural.

A crise da Universidade pública ocorre por mais de um motivo e espalha-se em mais de uma direção. Por um lado, há a multiplicação de centros de pesquisa de alta tecnologia imediatamente ligados às empresas, com necessidade de produzir ciência acoplada diretamente ao circuito do capital, que parte do laboratório e chega ao consumo, ou então centros de pesquisa sustentados pelos Estados imperialistas que buscam fortalecer suas empresas. Mesmo a produção científica da Universidade vê-se sempre mais condicionada pela demanda dessas empresas necessitadas de determinado conhecimento. Assim, a produção científica passa a ser imediatamente apropriada pelo capital colocando em discussão o próprio caráter (pretensamente) público da Universidade. Se o conhecimento produzido nesse espaço é imediatamente apropriado pelo capital, por que não acabar com o paradoxo, privatizando a própria Universidade, o que aumentaria sua eficácia dentro dos objetivos próprios da acumulação?

De outra parte, a difusão dos novos meios de comunicação e midiáticos diminui a importância da Universidade como espaço de disputa pela hegemonia civil e cultural, ainda que continue cumprindo seu imprescindível papel na formação de educadores e de intelectuais que ocupam o papel de difusores do universo simbólico reprodutor da ordem social controlada pelo capital. Em Estados subalternos como o Brasil, onde o projeto de americanização pós-fordista ganhou os corações e mentes das classes dirigentes, inclusive de uma vasta parcela da intelectualidade, torna-se compreensível o denodo dos donos do poder na destruição das escolas e Universidade públicas, em favor do ensino e da Universidade privada. Sabe-se que a privatização do patrimônio público/estatal (sejam mineradoras, siderúrgicas, hidrelétricas, rodovias ou bancos públicos) é um elemento estratégico dentro desse projeto, não sendo casual que o BNDES financie (com recursos públicos) algumas dessas operações e que o atual ministro da Educação tenha sido empregado do Banco Mundial e formulador, para o Brasil e os demais países da América Latina, da política educacional dessa monstruosa instituição.

Diante da impossibilidade de fazer frente à resistência a esse projeto, o regime atual optou por promover uma privatização progressiva, fazendo uso do estrangulamento orçamentário, da precarização do trabalho e do aviltamento salarial. Ao mesmo tempo em que limita sobremaneira as possibilidades de crescimento da Universidade pública, o regime estimula as Universidades privadas, concedendo-lhes polpidos recursos públicos, ficando a expansão do sistema universitário por conta das empresas privadas (financiadas com recursos públicos).

Nesse sistema universitário progressivamente pago e/ou privatizado, os investimentos estariam destinados a centros de excelência forjados de acordo com as demandas do capital, enquanto que a maioria das faculdades e institutos ficaria resumida a formadores de força de trabalho de baixa qualificação, dotados apenas daquele conhecimento necessário para entabular esforços visando à inserção no mercado, sem qualquer senso crítico em relação à vida social. Os professores, submetidos a uma lógica produtivista,

sobrecarregados, mal remunerados e oferecendo aulas de qualidade discutível.

Fica assim bastante claro que a crise da Universidade pública no Brasil só pode ser entendida e enfrentada se olharmos para o cenário muito mais amplo do papel do conhecimento na fase atual da acumulação do capital e das políticas de privatização e desnacionalização do patrimônio estatal do país, até o limite de comprometer seriamente a soberania nacional e as possibilidades da democracia. A luta em defesa da Universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade é sem dúvida uma necessidade, mas certamente seria mais eficaz se houvesse uma compreensão mais generalizada de que esse objetivo é apenas o início do caminho em busca de uma nova Universidade que seja popular no seu conteúdo e no seu escopo. Esse movimento, no entanto, em cada um de seus momentos, exige a aliança entre a intelectualidade proletarizada (não tanto pelas condições de vida, mas pela subsunção ao capital) e outros setores sociais interessados no resgate da soberania nacional e na construção de uma ordem social alternativa.